

Leitura na escola: livro, biblioteca, biblioteca de classe.

Lílian Lopes Martin da Silva.*

Resumo:

Esta reflexão foi originalmente apresentada a professores da rede escolar do município de Ponta Grossa/PR, por ocasião da II Feira Municipal do Livro. Procura desenvolver idéias acerca da biblioteca de classe como forma de trabalho eleita para formação de leitores na escola, no âmbito da disciplina Língua Portuguesa, situando-a brevemente na diversidade de modos que o ensino da leitura já assumiu na escola ao longo do tempo e nas circunstâncias que permitiram o seu surgimento.

Palavras-chave: leitura, biblioteca de classe, escola.

Abstract:

Key-words: reading; school;

1. Nós, professores, temos sido confrontados insistentemente com os desafios da formação dos leitores na escola. Como e quais competências em leitura desenvolver? Como desenvolver o gosto pela leitura? Como tornar interessante o livro? Prazerosa a ação de ler? Que livros indicar? Como transformar esta atividade em algo com mais sentido para os alunos? Onde buscar respostas para essas questões? Há respostas certas?

Atropelados por essas e muitas outras questões ligadas ao ler na escola, podemos pensar que se houver maior clareza quanto ao quê e ao como fazer, maiores são nossas chances de acertar. Em certo sentido isso é verdade. Quanto maiores forem os nossos recursos materiais e pessoais para organizar o trabalho com os textos escritos, maior a chance de tornar mais adequada, mais consistente e pulsante nossa prática docente como professores de português.

Esta apresentação procura argumentar em favor de uma aula destinada ao ensino de leitura, que é a aula de Biblioteca de Classe, no qual a prioridade não é o desenvolvimento de competências, da fluência na leitura, da inteligência dos textos, do apuro da crítica. Antes, um espaço/tempo curricular que admite a professor e alunos, percursos distintos pelos

-
- Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Alfabetização, leitura e escrita” (ALLE); e-mail: lilian_lms@terra.com.br

livros e pela leitura, potencializando a relação necessária do sujeito com um conjunto de aspectos que configuram a prática de ler, inclusive aqueles ligados à sua subjetividade.

Convém ressaltar, de início, que embora a leitura seja uma atividade tão universalmente reconhecida e compartilhada a ponto de a considerarmos um bem já natural e um valor absoluto, ela não é e não pode ser tomada como uma prática sempre igual para todos, em todos os tempos e lugares.

Assim, ler, aprender a ler, ou ainda, formar leitores não tiveram ao longo da história - e da história da educação escolar – um mesmo e único entendimento ou sentido, uma mesma e única finalidade ou forma de acontecer. Isso quer dizer que em diferentes momentos, perguntas como as que formulamos acima e possivelmente outras receberam respostas diferentes daquelas que imaginamos possíveis hoje.

Mesmo não sendo objetivo maior dessa apresentação a busca desse passado, vale a pena tentar visualizá-lo em suas linhas mais gerais, apenas para se ter a idéia de que esta forma de ensino da leitura surge em uma paisagem histórica que em certo momento admitiu a configuração da *biblioteca de classe* como uma maneira de realizar a formação do leitor na escola, em contraposição a outros modos.

Batista e Galvão (1998) num artigo da revista *Presença Pedagógica*, chamado *A Leitura na Escola Primária Brasileira* dedicam-se à elaboração de uma visão panorâmica para o ler nessa instituição. Em suas pesquisas perseguem realidades antigas, através das pistas que encontram em materiais didáticos, programas de disciplinas, regimentos escolares, a literatura, ou mesmo em depoimentos de velhos professores. Tais indícios, quando recolhidos, organizados, lidos e interpretados permitem uma visão das formas antigas de se ensinar a ler na escola brasileira: antigos entendimentos, práticas ou maneiras de fazer.

Dentre as muitas coisas que podem nos contar desse passado, Batista e Galvão destacam no artigo em questão dois modelos de leitura que entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX competiam pela forma legítima de ensinar a leitura corrente. O primeiro modelo apoiava-se nos livros “enciclopédicos” - em que os textos para o aprendizado da leitura buscavam instruir os alunos nos mais diversos campos do currículo escolar, como as ciências, a história, a geografia, etc. O segundo modelo identificava o livro de leitura aos ensinamentos morais e cívicos. Nesse momento, de forma geral, o ensino pode ser descrito como uma realidade fortemente apoiada no professor, no livro

texto, na memorização, num excessivo verbalismo e a prática mais usual e legítima no que diz respeito ao ensino da leitura era a leitura em voz alta, leitura para ser “tomada”. Uma prática temida, que se fazia acompanhar pelas proibições, censuras e punições a textos e condutas considerados transgressores.

Segundo os autores, é em 1921 que surge nesse panorama *Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, como 2.o livro de leitura para as escolas primárias, trazendo um aspecto inovador e até então ignorado nesta instituição: provocar o prazer na leitura.

Os anos 20 e 30 do século XX vão trazer muitas reformas educacionais inspiradas no Movimento da Escola Nova e seus ideais de uma educação apoiada em métodos mais ativos, com maior participação do aluno, menos autoritária e uniformizadora. Uma educação que se quer menos livresca, no sentido de considerar o livro como centro exclusivo do ensino. Mas uma educação moderna articulada ao livro como instrumento de consulta, pesquisa, e também recreação. Nessa educação, a Biblioteca Escolar é compreendida como sendo da mais alta relevância.

Nas escolas modernas, (...) a biblioteca é parte integrante e da mais alta relevância no organismo escolar. Nas escolas mais modernas se vêem livros por toda parte, tendo-os os alunos com fartura à sua disposição, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos.

(Campos, 1936:272 apud Mendes Filho, org, 1998). (1)

A partir dos anos 50/60 expandiu-se consideravelmente a rede escolar e de lá para cá o mercado editorial para este público leitor. Na segunda metade dos anos 70 temos o aparecimento e o fortalecimento progressivo de uma nova geração de escritores para crianças e jovens, com uma produção literária nova, que será cada vez mais abundante, diversificada e também heterogênea. Lado a lado com os já conhecidos livros escolares e séries didáticas (e, muitas vezes, fazendo sua crítica) essa produção coloca-se desde então para a escola, com maior ênfase.

Neste momento, também, para proceder ao ensino da leitura, a escola volta-se aos gêneros não escolares, aqueles que circulam socialmente como, por exemplo, o jornal, a revista, os quadrinhos, dentre uma ampla e variada gama de textos que vão desde bulas de remédios, folhetos de propaganda, até embalagens de produtos comerciais. A orientação que entra em circulação no meio educacional é a de valorizar os usos, funções e significados sociais da

leitura e da escrita, em detrimento de sua utilização marcadamente didática, com objetivos instrucionais, morais ou puramente escolares.

Desde esse momento, as apropriações pela escola dessas novas orientações e da produção editorial disponível têm sido bastante desiguais e plurais. O que se tem hoje em relação ao trabalho com os textos e a leitura é um complexo campo de tensões, no qual coexistem e disputam espaço e legitimidade, novas e antigas práticas de ensino, distintos entendimentos e sentidos para a leitura. Também é preocupante, embora pouco conhecido, o processo pelo qual as escolas fazem uso dos acervos que lhes são enviados pelos inúmeros programas nacionais e estaduais de distribuição de livros para composição de bibliotecas escolares. Num estudo, já concluído, que busca conhecer melhor a vida incerta dos livros no interior de uma escola pública da cidade de Campinas, ao longo de seus 30 anos de existência, estamos nos deparando com práticas da comunidade escolar que sistematicamente colocam em risco não só o funcionamento, uso e circulação dos acervos, como sua própria existência.(2)

2.A Biblioteca de Classe, tema desse nosso encontro configura-se como uma possibilidade ou orientação para a leitura da literatura na aula de português, no início dos anos 80, em especial para as últimas séries do ensino fundamental. Claro que acervos circulantes (muitas vezes formados com empréstimos dos próprios professores de português) já existiam, assim como já existia desde os anos 30 o discurso que apontava para a importância da biblioteca escolar na construção de uma educação mais moderna, renovada. Entretanto, a BC de que vamos aqui nos ocupar, como forma de trabalho, está mais identificada com as transformações propostas para a disciplina língua portuguesa nos anos 80. Queremos pensá-la como uma prática escolar possível e desejável, porque recobre dimensões importantes daquilo que compreendemos como sentido da leitura na escola.

Estamos chamando de BC os acervos de livros organizados pelas diferentes turmas de alunos e seus professores de português para constituírem o material de leitura compartilhado no âmbito de cada turma e que é disponibilizado, manipulado e lido regularmente na aula. A proposta dessa aula como integrante do conjunto dos trabalhos da disciplina nos remete obrigatoriamente à Geraldi (3) e à coletânea de textos por ele organizada em 1984. Nesta coletânea, diferentes autores problematizam as práticas do ensino de português, chamadas tradicionais, bem como os fundamentos que lhes dão

sustentação teórica. Apresentam e discutem alternativas, além de novas orientações para um trabalho apoiado na concepção da linguagem como interação; numa visão do ensino como conjunto de práticas de uso da língua, seguidas da reflexão sobre estes usos; e no texto como unidade básica do trabalho.

Os acervos de classe foram imaginados para funcionarem como complemento ou como substitutos das bibliotecas escolares, até mesmo como via de superação de um obstáculo, insistentemente levantado pelos professores, que era a inexistência da biblioteca na escola ou a dificuldade em se poder utilizá-la. Um material necessário à implementação de uma das duas frentes de trabalho imaginadas por Geraldi para o ensino da leitura – a leitura de narrativas longas e a de textos curtos. Ligada à primeira, a BC possibilita o trabalho com os romances e novelas, favorecendo a realização de uma das quatro formas de interação do aluno com os livros, previstas pela proposta: a leitura-prazer.(4)

Na orientação dada, cada acervo deve conter uma quantidade de exemplares superior ao número de alunos da turma e deve compor-se com uma diversidade de autores, gêneros, estilos, temáticas, etc. Os alunos devem poder escolher e trocar entre si os livros do acervo: ler (por completo, ou não) o título escolhido, registrando as retiradas num caderno; partilhar em sala suas impressões e comentários, agindo inclusive como guias de leitura dos próprios colegas. Tais práticas devem favorecer a emergência de um circuito de leitura entre os alunos, no qual possa aparecer a diversidade de gostos, interesses, opiniões, critérios de escolha, formas de ler e de atribuir sentido aos textos.

Os princípios que orientam a BC ligam-se ao respeito pela caminhada de cada leitor; ao entendimento de que a formação de um bom leitor articula-se à quantidade e diversidade de suas experiências de leitura; à aposta na aula como espaço de produção de uma nova sociabilidade em torno do livro, menos marcada pela obrigatoriedade escolar e mais orientada pelo interesse pessoal.

A BC é um “modelo” que vem se contrapor à uma prática muito comum na escola, de seleção e indicação para todas as séries de um único livro pelo professor, em geral selecionado do conjunto restrito de obras já canonizadas ou admitidas pela instituição escolar; um “modelo” que instaura novas formas de acompanhamento e avaliação em leitura; que se contrapõe à falta de tempo e de livros na aula de português. Nesse sentido, podemos afirmar que a BC, como idéia, aproxima-se e de certo modo reescreve em outro

tempo e obviamente com diferenças, as idéias trazidas nos anos 30 pelo movimento escolanovista no que diz respeito ao livro na educação, porque repudia o livro texto como único autorizado para o aluno e estimula e valoriza a leitura extensiva, etc.

Do interior da coletânea *O Texto na Sala de Aula: leitura e produção* e dos muitos projetos de formação continuada de professores, desenvolvidos ao longo dos anos 80, nos quais Geraldi e outros estiveram envolvidos, (5) as idéias da BC saíram em busca de enraizamento nas diferentes realidades escolares do país. Transformaram-se em experiências ricas e plurais, marcadas pelas diferenças de lugar e possibilidade, assim como por limites. Foram igualmente apropriadas por outros textos e por documentos oficiais, cujos discursos buscam modelar a ação docente. Transformaram-se aí também.

Se considerarmos os atuais Parâmetros Curriculares para o Ensino de Português, não há como não reconhecer no que o documento apresenta como objetivos e condições para o ensino da leitura, muitas das possibilidades que a proposta de BC traz para os alunos e para o trabalho do professor e que estão apresentadas em *O Texto na Sala de Aula*, 15 anos antes: a capacidade de selecionar textos segundo interesses e necessidades pessoais; a familiarização com diferentes estilos e gêneros; a receptividade para com autores e obras desconhecidas; a capacidade de trocar impressões com outros leitores sobre livros lidos; a existência de acervos variados em classe; a organização de momentos de leitura de livre escolha na aula, de momentos de leitura em voz alta de trechos de textos em circulação no grupo, etc.

A proposta de alguns governos estaduais, de implantação nas redes escolares, da sala ambiente como espaço reservado de trabalho para cada uma das disciplinas ou grupo de disciplinas do currículo escolar, pode ajudar a dar uma forma ainda melhor a BC. Esse espaço, pensado como ambiente de conhecimento capaz de convocar e estimular os alunos à uma aprendizagem mais ativa e mais coletiva; orientado por uma proposta pedagógica de caráter interativo, que inclui trocas, inclusive afetivas, é intencionalmente organizado e planejado para reunir e disponibilizar os materiais com que se quer fazer o ensino de cada um dos componentes curriculares.

No caso da sala ambiente de LP, o acervo da BC pode ampliar-se e diversificar-se ainda mais, deixando de constituir-se apenas num acervo de livros de literatura, para transformar-se em um acervo que também reúne revistas, gibis, recortes de jornal, livros didáticos,

catálogos de livros, enciclopédias e dicionários, bem como a produção dos próprios alunos, dos professores e ainda vídeos e CDs, igualmente portadores de narrativas, textos poéticos ou mesmo de material didático de apoio ao ensino.(6)

Mas a ampliação de que falamos não precisa se restringir à diversificação do acervo. Na sala ambiente, a BC pode vir a ser uma biblioteca que comporte também outros gestos de leitura ou outras formas de interação leitor – texto. Pela sua existência concreta na sala de aula, ali bem próxima dos alunos e do professor, como realidade que se deixa ver e tocar, algo que pode ser imediatamente buscado, fazer-se presente na dinâmica das aulas, a BC é um lugar que tem enorme potencial para superar o reconhecido divórcio entre a biblioteca escolar e o ensino que se pratica no âmbito disciplinar e no espaço da aula.

Ela deve ser capaz de reorientar as relações dos professores e dos alunos com o conhecimento, os conteúdos do ensino, as informações, os livros, sobretudo se for interpretada como espaço interativo e não como um espaço de acumulação, preservação, conservação, tal como narrado no minúsculo conto de Maria Lúcia Simões:

Biblioteca

Solteira, fez dos livros sua única paixão.

Comprava as coleções mais raras, mal acabavam de ser editadas, e amorosamente guardava-as na vastíssima estante. Horas e horas dedicava-se a organizar as filas perfeitas, livres de poeira, em absoluta ordem de cor e tamanho.

Quando morreu, a herdeira verificou que os livros, envoltos em fino papel, jamais lidos, haviam-se mantido entocados, preservados, virgens. (Simões, 1996).

A BC não precisa (e não pode) ser um lugar de excessiva ordenação, normatização ou resguardo. Mas um lugar da variedade, do diverso, do plural, do desigual, que colocando em convivência diferentes autores, materiais, recursos, nacionalidades, revela-se, de certa forma, desordenado. *Um labirinto vivo, palco e cenário de destinos múltiplos*, na bonita imagem buscada por Sanches Neto (1995).

A leitura é uma atividade complexa que envolve o sujeito inteiro: seu cotidiano, sua memória, seus interesses, suas curiosidades, suas intimidades, seus segredos e afetos. Este entra em relação não só com os textos, mas com as diferentes materialidades que lhes servem de suporte: suas cores, formas, texturas; com todas as “figuras” que se engajam na produção dos impressos, sejam eles livros, revistas, jornais, etc; com todos os outros textos

que ajudam a dar forma aos livros: capa, orelha, contracapa, prefácio, etc. acompanhando o texto principal. Daí a importância deste acervo, rico de possibilidades, poder ser conhecido pela exploração direta, manual, corporal e visual; ter suas diferentes possibilidades contrastadas, diferenciadas, lidas, compreendidas em suas características e particularidades e seus efeitos na produção dos sentidos.

Uma educação do leitor, na escola, hoje, não pode pedir apenas pela decifração e interpretação individual de um conjunto de textos selecionados pelo professor ou pelo livro didático, não pode apenas voltar-se ao desenvolvimento de competências leitoras, mas precisa contemplar sua iniciação (inclusive afetiva) e seu desenvolvimento nesse mundo particular e complexo dos objetos impressos, sua forma de organização, fabricação, comercialização e circulação por diferentes comunidades de leitores, no qual há múltiplas regras de conduta, gestos, valores, saberes e maneiras de ler, compartilhados. Um mundo que convoca uma certa ordem, mas para o qual a experiência de transgressão é uma realidade: transgressão de tempo e de espaço, transgressão de sentido, transgressão de atitude.

A aula, com a BC, oferece essa imagem ampliada da leitura, ajudando a construir um discurso menos monológico e homogeneizante para essa prática. Ela facilita um trabalho com a leitura em classe, que se faça mais sintonizado com uma idéia de formação/educação menos centralizadora e totalizante; com a idéia de um ensino menos confinado em um repertório especializado; ensino que aceita a mistura, a dispersão, a diversidade, a fragmentação e o movimento como constitutivos do mundo contemporâneo; um ensino que procura desenvolver no aluno uma força de organização e auto-organização. A BC convida o leitor à descoberta, à localização e seleção, à manipulação de informações provenientes de diferentes fontes e recursos. Viabiliza o contato com diferentes linguagens. Mas, se a aula de BC pode convidá-lo a viver a leitura como busca de informação, instrução, diversão, refúgio, pode assegurar-lhe também, a comunicação do lido e do vivido na leitura; a possibilidade do *ler junto*, do *ler com*, do *ler para*; a troca, o circuito e a partilha, momentos que favorecem uma experiência de outra ordem: que não é mais só o refugiar-se, ou o localizar-se, o organizar-se, o instruir-se ou o divertir-se, mas o mergulho num delicado e desconhecido processo que articula a memória, as emoções, a história vivida, a “reflexão sentida”, como diz Kramer (xxxxx)

Referências Bibliográficas

- Sanches Neto**, M. *Desordenar uma biblioteca: comércio e indústria da leitura na escola*. In **Revista Leitura: teoria e prática** nº 26, dezembro de 1995. Campinas/Porto Alegre: ALB/Mercado Aberto,1995.
- Galvão**, A. M. O. e **Batista** A. A G. *A leitura na escola primária brasileira*. In **Revista Presença Pedagógica**. V. 4, nº 24, nov/dez. 1998. Belo Horizonte: Dimensão,1998.
- Vidal**, Diana G. *Práticas de leitura na escola brasileira nos anos 20 e 30*. In **Faria**, Luciano M. (org.) **.Modos de Ler, Formas de Escrever**. BH: Autêntica, 1998.
- Simões**, Maria Lúcia **Contos Contidos**. BH:RHJ, 1996.
- Geraldi**,J.W. **O Texto na Sala de Aula**. SP: Ática (Coleção Na Sala de Aula),2004.
- Kramer**, Sonia. *Leitura e Escrita como experiência - notas sobre seu papel na formação* In **Zaccur**,E.(org) **A Magia da Linguagem**. RJ:DP&A;SEPE,2001.

Notas

- (1) Apesar dessa valorização da biblioteca para o ensino moderno, há cerca de 70 anos atrás, a realidade escolar brasileira muito pouco absorveu desse discurso. Vejam-se, por exemplo, os dados bastante recentes da Folha de São Paulo acerca da Biblioteca Escolar: Em notícia cuja manchete é **As Não-Bibliotecas** afirma-se que das 180 mil escolas de ensino fundamental do país, só 26% tem este espaço de leitura...O vácuo literário atinge por baixo 24 milhões de estudantes...Segundo o texto os dados bem recentes do Ministério da Educação apontam para este cenário de penúria. (FSP, 24 de maio de 2003).
- (2) Bianchi, Maria do Carmo. *Os Livros na Escola Estadual Barão Geraldo de Rezende:entre a biblioteca e a sala ambiente*. Dissertação de mestrado. FE/Unicamp,2003.
- (3) Trata-se da Coletânea *O Texto na Sala de Aula:leitura e produção*, organizada por João Wanderley Geraldi com a colaboração de um conjunto de outros autores. No material encontram-se os capítulos Unidades do Ensino de Português; Prática de

Leitura de Textos na Escola; O Circuito do Livro e a Escola; que esboçam e argumentam em favor da Biblioteca de Classe.

- (4) As quatro possíveis posturas diante dos textos, apresentadas por Geraldi são: leitura-busca de informação; leitura-estudo do texto; leitura-pretexto e leitura-fruição do texto
- (5) A Tese de Doutorado *Mudar o Ensino de Língua Portuguesa: uma promessa que não venceu nem se cumpriu mas que merece ser interpretada*, (Campinas, Faculdade de Educação, 1994) de autoria desta pesquisadora procura narrar e discutir diversos aspectos desse trabalho.
- (6) Uma reflexão sobre a sala ambiente construída para o ensino de língua portuguesa pode ser encontrada em Scorsi, Rosalia. *Na Sala de Aula, entre leitores: a sala ambiente como local de cultura e memória*. In Revista Leitura: Teoria e Prática v.20, n.º 37 – junho/2001-Campinas, SP: ALB: Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.